



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### CONCLUSÃO

Em 13/03/2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.

Eu, \_\_\_\_\_, Escr., subscrevi.

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0010167-76.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Leislei Cristiane Rossi Ferreira**  
 Requeridos: **Sistema Fácil Incorporadora Imobiliária São Carlos III SPE Ltda; Center Imóveis; Rodobens Negocios Imobiliários**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Fl. 200/203: tempestivos os embargos declaratórios.

A sentença condenou as corrés a restituírem à autora, R\$ 3.085,98, com os encargos também definidos na letra “a” de fl. 196. Trata-se de obrigação solidária passiva.

Quanto aos demais aspectos suscitados nos embargos declaratórios, observo que a sentença enfrentou-os integralmente. Basta a leitura atenta ao conteúdo decisório para ter essa certeza.

As questões suscitadas nos embargos declaratórios em verdade têm como objetivo o rejugamento do feito, o que não é possível obter através dos embargos, já que estes visam apenas “*completar a decisão quando presente omissão de ponto fundamental, contradição entre a fundamentação e a conclusão ou obscuridade nas razões desenvolvidas*” (EDecl. REsp 750.335/PR, relator Ministro Luiz Fux, 1ª Turma do STJ, j. 28.03.2006, DJ 10.04.2006, p. 146).

Fls. 205/220: recebo o recurso em ambos os efeitos. À impugnação recursal.

P.R.I.

São Carlos, 17 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

### DATA

Na data supra, foram-me dados estes autos.

Eu, \_\_\_\_\_, Escr., imprimi e subscrevi.

**0010167-76.2013.8.26.0566 - lauda 1**